PLANO DE TRABALHO

Tema: Medida Provisória nº 1.309/2025

Plano Brasil Soberano

Presidente: **DEPUTADO CEZINHA DE MADUREIRA**
Relator: **SENADOR FERNANDO FARIAS**

SETEMBRO de 2025

Sumário

1. Introdução.....	3
2. Tramitação da MPV nº 1.309, de 2025.....	6
3. Audiências Públicas.....	6
4. Cronograma de Atividades da Comissão Mista da MPV 1309.....	9

PLANO DE TRABALHO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.309, DE 2025

---

1. Introdução

A Medida Provisória (MP) nº 1.309, de 13 de agosto de 2025, é peça central do Plano Brasil Soberano, concebido pelo governo federal em resposta ao cenário desafiador do comércio exterior em 2025, marcado pelo aumento unilateral de tarifas imposto pelos Estados Unidos.

O Plano Brasil Soberano combina medidas emergenciais de amparo econômico-financeiro aos exportadores brasileiros, já em vigor na MP 1.309/2025, com proposições estruturantes contidas no Projeto de Lei Complementar nº 168/2025, que buscam assegurar apoio às cadeias produtivas com previsibilidade fiscal.

São objetivos da MP 1.309/2025:

- i. Assegurar liquidez e acesso a financiamento para empresas exportadoras em condições vantajosas, que devem variar de 6,05% ao ano, para bens de capital e investimentos em operações diretas com o BNDES, até 10,3% ao ano, no caso de operações indiretas de capital de giro.
- ii. Manter a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.
- iii. Oferecer suporte a micro, pequenas e médias empresas, que são mais vulneráveis.

- iv. Proteger os postos de trabalho relacionados ao comércio exterior.
- v. Mitigar os impactos econômicos e sociais adversos decorrentes das novas tarifas.

Com esses objetivos em vista, a MP 1.309/2025 propôs importantes mecanismos de amparo às cadeias produtivas afetadas, tais como:

- **Novas linhas de crédito oriundas de recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)**
  - **Medida:** Autoriza a utilização de até **R\$ 30 bilhões** do superávit financeiro do FGE em linhas de financiamento para capital de giro, aquisição de bens de capital, fomento à inovação e adensamento da cadeia produtiva, com foco em empresas exportadoras impactadas e **seus fornecedores**, condicionadas à manutenção ou ampliação de empregos. Taxas de 6,05% a 10,3%, com prazos de pagamento entre 5 e 10 anos e carência de 12 a 24 meses.
- **Renegociação de financiamentos no Pronampe com amparo do Fundo Garantidor de Operações (FGO)**
  - **Medida:** Permite a prorrogação da carência original ou a suspensão no pagamento de parcelas em até 12 meses, com prazo máximo de amortização estendido para 84 meses, mantida a garantia do FGO, exclusivamente para micro e pequenos produtores e exportadores afetados pelo tarifaço.
- **Ativação flexível do Fundo Garantidor de Crédito para Exportações (FGCE)**
  - **Medida:** Permite a utilização do FGCE na garantia de operações pré e pós-embarque e com qualquer prazo de financiamento, inclusive para micro, pequenas e médias empresas, atuando para complementar o FGE como fonte de garantias. Autoriza também o compartilhamento (e a transferência) de risco com agências de crédito à exportação estrangeiras, com o objetivo de assegurar a cobertura contra riscos comerciais,

políticos e extraordinários no âmbito de uma mesma operação de crédito à exportação.

- **Redução do prêmio de seguro de crédito à exportação**

- **Medida:** o sistema oficial de garantias à exportação passa a considerar a competitividade da produção nacional nos mercados internacionais na metodologia de precificação dos prêmios de seguro.

- **Prorrogação Excepcional dos Prazos de Suspensão de Tributos em Regime de Drawback**

- **Medida:** Prorroga por mais um ano os prazos de suspensão de tributos em regime de drawback, aplicável a exportações para os EUA comprovadamente afetadas pelas tarifas, para os atos concessórios vigentes.

- **Aquisição Excepcional de Gêneros Alimentícios pela Administração Pública**

- **Medida:** Permite que a administração pública adquira gêneros alimentícios que deixaram de ser exportados para os EUA devido às tarifas. A medida inclui simplificação de procedimentos, como dispensa de licitação e termos de referência simplificados.

Na avaliação dessa MP, **nossa prioridade será verificar se – e de que forma – esses mecanismos serão realmente efetivos para mitigar o impacto econômico-financeiro do tarifaço, principalmente sobre produtores e fornecedores de menor porte**, que não tem a experiência nem a capacidade institucional para acionar diretamente o sistema oficial de crédito e os agentes incumbidos de operacionalizar os mecanismos propostos na MP.

Com essa diretriz em mente, impõe-se a realização de uma instrução técnica qualificada, capaz de oferecer subsídios consistentes à

deliberação parlamentar. Nesse sentido, o plano de trabalho que apresento busca viabilizar um debate plural e aprofundado, respeitando, contudo, os prazos exíguos que regem a tramitação da medida provisória.

2. Tramitação da MPV nº 1.309, de 2025

A MPV nº 1.309, de 2025, foi publicada no Diário Oficial da União em 13 de agosto. O prazo para apresentação de emendas encerrou-se em 19 de agosto, tendo sido formalizadas 365 emendas.

Nos termos do art. 62, § 7º, da Constituição Federal, o prazo inicial de vigência de sessenta dias expirará em 12 de setembro de 2025, sendo automaticamente prorrogado por igual período, até 11 de dezembro de 2025.

Importa registrar que, a partir de 27 de setembro de 2025, a MPV passou a tramitar em regime de urgência, com obstrução da pauta.

3. Audiências Públicas

Com o propósito de colher subsídios junto a representantes do governo federal e de associações representativas dos setores afetados, de forma a oferecer elementos consistentes ao posicionamento dos membros desta Comissão acerca do conteúdo da MPV nº 1.309, de 2025, propõe-se a realização das seguintes audiências públicas especificadas.

1ª Audiência Pública — Debate com os formuladores da política e com o principal operador dos mecanismos previstos na MPV nº 1.309, de 2025.

Data: 30 de setembro de 2025

Objetivos principais: compreender a estratégia formulada pelo governo em relação aos montantes destinados, aos critérios de priorização na alocação desses recursos; e à efetividade esperada para os mecanismos de crédito, seguro, compras públicas e benefícios fiscais propostos.

Convidados:

- Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Senhor Geraldo Alckmin
- Ministro da Fazenda, Senhor Fernando Haddad
- Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, Senhor Aloízio Mercadante

2ª Audiência Pública — Diagnóstico macroeconômico

Data: 1º de outubro de 2025

Objetivos principais: avaliar as condições macroeconômicas e de mercado em que serão aplicados os mecanismos da MPV 1309. Propõe-se convidar representantes dos seguintes órgãos e empresas públicas:

- Ministério das Relações Exteriores
- Banco do Brasil
- Banco do Nordeste
- Câmara de Comércio Exterior – Camex
- Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex, entre outros convidados.

3ª Audiência Pública — Debate com Setores Produtivos Afetados

Data: 7 de outubro de 2025

Objetivos principais: obter a perspectiva dos agentes econômicos acerca da efetividade as medidas propostas e sobre situações específicas que

estariam fora do alcance da política proposta, com sugestões e recomendações de aprimoramento.

Propõe-se convidar representantes das seguintes entidades privadas:

- Confederação Nacional da Indústria - CNI;
- Confederação Nacional de Agricultura - CNA;
- Outras associações setoriais representativas de produtores e exportadores com exposição direta as tarifas impostas pelos EUA.

4ª Audiência Pública — Debate com Estados e Operações Portuárias

Data: 8 de outubro de 2025

Objetivos principais: obter a perspectiva, bem como sugestões de aprimoramento das medidas propostas na MP 1309/2025, de Estados da Federação e de operadores portuários.

5ª Audiência Pública — Debate com Especialistas

Data: 9 de outubro de 2025

Objetivos principais: debater as medidas propostas com pesquisadores em comércio exterior, defesa comercial, compliance de subsídios, consultores de organismos internacionais OCDE/OMC, entre outros especialistas.

4. Cronograma de Atividades da Comissão Mista da MPV 1309

Data	Atividade
23/09/2025 (3ª feira)	Instalação da Comissão Mista e deliberação sobre Plano de Trabalho
30/09/2025 (3ª feira)	1ª Audiência Pública: Formuladores da política e operadores dos mecanismos previsto na MPV
1º/10/2025 (4ª feira)	2ª Audiência Pública: Diagnóstico macroeconômico
7/10/2025 (3ª feira)	3ª Audiência Pública: Setores produtivos afetados
8/10/2025 (4ª feira)	4ª Audiência Pública: Debate com Estados e Operadores portuários
9/10/2025 (5ª feira)	5ª Audiência Pública: Debate com especialistas
14/10/2025 (3ª feira)	Discussão e Votação do Relatório